

# A Igreja Peregrina, Sacramento do Mundo

(Eclesiologia do Vaticano II)

Ao abrir o terceiro período do Concílio Vaticano II, a 14 de Setembro de 1964, Paulo VI perspectivou a colocação e a missão da Igreja no mundo, do seguinte modo: «Entre Cristo e o mundo (*hominum societatem*) coloca-se a Igreja, não satisfeita de si, nem como diafragma opaco, nem como fim para si mesma, mas, ao contrário, afincadamente solícita em ser toda de Cristo, em Cristo e para Cristo, para ser toda dos homens, entre os homens e para os homens, constituída verdadeiramente como caminho humilde e grandioso entre o divino Servidor e o género humano, a fim de conservar e difundir a verdade e a graça da vida sobrenatural».

A Igreja não vive pois para si, nem fechada em si. A sua missão não está em si mesma, mas fora dela: anunciar a presença do Reino de Deus no meio dos homens. Como comunidade visível de fé, esperança e amor em Jesus Cristo e fruto da sua obra redentora, a Igreja não constitui um mundo à parte. É Igreja no mundo, inserida no mundo como parte da humanidade que se distingue pela relação a Jesus Cristo, mas que caminha com toda a humanidade e faz história com ela, participa das suas esperanças e angústias, para ser aí fermento vivo do Reino de Deus e, por isso mesmo, fermento de civilização verdadeiramente humana.

À Igreja é pois atribuída uma função salvífica que o Concílio tematizou eclesiológicamente, em diferentes contextos, sob a categoria de «sacramento universal de salvação»<sup>1</sup> — sacramento da salvação oferecida e realizada por Deus em Jesus Cristo para toda a criação: sacramento do mundo salvo em Cristo.

---

<sup>1</sup> LG. 9, 3; 48, 2; AdG 1, 1; 5; GS 45, 1; cf. também LG 1; 7, 2. 4; 8, 1-3; 9, 2; 14, 2; 15; 52; SC 2; 5-6; 26, 1; UR 3, 4-5; AdG 10; GS 42, 3; 43, 6; *Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris* 8, AS III/I, p. 177; K. Rahner, *Chiesa e parusia di Cristo*, in: *Nuovi Saggi I*, Roma 1968, p. 497.

A partir do mistério íntimo da Igreja e do destino do mundo em Cristo, o Concílio exprime em termos de sacramentalidade a maneira original como a Igreja se situa no mundo e realiza a sua missão, realçando a unidade intrínseca que existe entre o ser e a missão da Igreja. Com efeito, a Igreja é simultânea e inseparavelmente *mistério e missão*: Ela é e configura comunitária e historicamente o mistério da comunhão de Deus com os homens, incarnado num povo e de dimensão universal. E é deste mistério íntimo e profundo que lhe vem a missão de penetrar o homem e o mundo como um fermento evangélico que os conduza à plenitude da vida escatológica em Deus e com Deus. O mundo — que tem no homem o seu expoente supremo —, tal como está no termo dos caminhos de Deus enquanto destinatário da sua comunicação, do seu amor e da sua comunhão, assim também está no termo dos caminhos da Igreja e da sua missão. Parafraçando João Paulo II, poderemos também dizer que o *mundo*, em toda a sua acepção — homem, humanidade, cosmos e história — *é o caminho da Igreja na sua missão*.

### 1. A Igreja, sacramento de Cristo glorificado e da redenção do homem

A visão sacramental que perpassa e caracteriza toda a eclesiologia conciliar, resulta duma perspectiva histórico-salvífica — a partir do desígnio salvífico universal de Deus — onde é posta em relevo a relação essencial do acontecimento único e definitivo de Cristo e a plenitude escatológica do Reino de Deus. Dentro desta bipolaridade referencial são colocadas e justificadas a presença, a estrutura, a missão e actuação da Igreja na história da salvação e do mundo, para o qual é sacramento precisamente enquanto comunidade escatológica de salvação dotada de uma configuração visível, comunitária e histórica. O acento recai aqui no modo de operar da Igreja no âmbito da salvação, ou seja, na sua função de sinal e no seu carácter de serviço e de instrumento dinâmico da salvação operada por Cristo, Retomando o sentido originário da noção de sacramento, própria da tradição bíblico-patristica — *signum efficax salutis* — insere assim a compreensão teológica da Igreja na linha da economia salvífica em função do sacramento por excelência, o Verbo de Deus incarnado<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Cf. *Schema Const. De Ecclesia*, As III/I, pp. 170-171; M. J. Le Guillou, *Kirche*, in: *Sacramentum Mundi II*, p. 1139. Sobre o significado da categoria sacramento

A estrutura e a dinâmica sacramental do povo de Deus lançam porém as suas raízes mais profundas e remotas na estrutura e na dinâmica sacramental da economia da salvação, em que Deus se manifesta e actua na história através de gestos e acções visíveis. Em última análise tira toda a significação da perspectiva trinitária.

Na economia do Pai, em ordem à actuação do seu desígnio de graça, está prevista não só a missão do Filho e do Espírito mas também a da Igreja, procedente daquelas. A Igreja-sacramento está ao serviço do cumprimento do desígnio de Deus relativo a toda a criação<sup>3</sup>. Ao falar do Povo de Deus do Antigo Testamento, o Concílio deixa já delineada uma certa sacramentalidade. Através do binómio «eleição (consagração) — missão», caracteriza-o como povo escolhido em cuja história Deus se manifesta a si mesmo e o seu desígnio, consagrando-o para ser sua testemunha no meio dos outros povos, portador da promessa-esperança da salvação messiânica para todos eles, sinal portador da sua vontade salvífica universal<sup>4</sup>.

O Concílio atribui porém à Igreja, Povo de Deus da Nova Aliança, uma sacramentalidade verdadeira e própria, expressa e fundamentada de um ponto de vista cristológico e pneumatológico. Já na descrição da sua natureza mistérica, no n.º 6 da *Lumen Gentium*, sob uma série de imagens bíblicas, aflora este carácter sacramental: a Igreja é descrita como obra visível de Deus (campo, vinha eleita, casa de Deus, templo santo, Esposa de Cristo) na qual e através da qual se realizam a iniciativa e a presença salvífica de Deus e de Cristo, se realizam a comunhão com Deus e a reconciliação entre os homens<sup>5</sup>.

Todavia a sacramentalidade da Igreja é tematizada e enucleada em toda a sua evidência pelo Concílio quando situa a sua missão salvífica na sequência, dependência e continuação directa da missão de Cristo e do Espírito, quer quanto à significação quer quanto à eficácia, procurando dar-lhe um fundamento ontológico de graça. De particular importância a este propósito, são os nn. 5-8 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, onde se estabelece o fundamento histórico-salvífico da Liturgia, nos seus aspectos cristológico, pneu-

na bíblia e na tradição cf. P. Smulders, *A Igreja como sacramento de salvação*, in: *A Igreja do Vaticano II* (dir. G. Baraúna), Petrópolis 1965, pp. 400-410; Y. Congar, *Un peuple messianique*, Paris 1975, pp. 13-98.

<sup>3</sup> SC 5; LG 2-4; 13, 1; 17; AdG 2-5; cf. A. Grillmeier, *Kommentar zum I. Kapitel der dogmatischen Konstitution über die Kirche*, in *LThK Vat. II/I*, p. 157.

<sup>4</sup> LG 9, 1; DV 2-3; 14-15.

<sup>5</sup> Cf. P. Smulders, *a. c.*, p. 413.

matológico e eclesiológico, onde aparece e se desenvolve pela primeira vez no Vaticano II o conceito de Igreja-sacramento derivado do acontecimento de Cristo.

A intenção destes números é, segundo a explicitação dos títulos do primeiro esquema, mostrar que e como «a obra da salvação pré-anunciada por Deus, se realiza em Cristo e na sua obra, continua na Igreja e é levada a cabo na sua liturgia, devido à presença do próprio Cristo na liturgia, a qual é antecipação da liturgia celeste»<sup>6</sup>. É dentro de todo este contexto que é preciso ler os nn. 5 e 6 que mais directamente nos interessam para poder compreender o nexu lógico que os une, a estrutura sacramental e o carácter escatológico da salvação manifestada em Cristo, Verbo incarnado, e continuada na Igreja. Assim, depois de ter sublinhado a estrutura teândrica da pessoa e obra de Cristo, o Concílio fá-lo também em relação à estrutura e obra da Igreja:

«Esta obra da redenção dos homens e da glorificação perfeita de Deus, da qual foram prelúdio as maravilhas divinas no povo do Antigo Testamento, completou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da sua bem-aventurada Paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa Ascensão, em que ‘morrendo destruiu a nossa morte e ressuscitando restaurou a vida’. Foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu o admirável sacramento de toda a Igreja».

«Como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também enviou os Apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só a pregar o Evangelho a toda a criatura, anunciando que o Filho de Deus pela sua morte e ressurreição nos libertou do poder de Satanás e nos introduziu no Reino do Pai, mas também para que realizassem o que anunciavam, a obra da salvação através do sacrifício e dos sacramentos, à volta dos quais gira a liturgia»<sup>7</sup>.

Este texto é de um grande valor eclesiológico. Traduz a realidade profunda da Igreja como sacramento, constituído por Cristo. O nas-

<sup>6</sup> *Schema Constitutionis de Sacra Liturgia*, AS I/III, p. 696; cf. C. Vagaggini, *Vista panorâmica sobre a Constituição Litúrgica*, in: *A sagrada Liturgia renovada pelo Concílio* (dir. G. Baraúna), Petrópolis 1964, pp. 135, 136, SC 5, 2. 6.

cimento da Igreja-sacramento é um momento intrínseco e constitutivo do acto redentor de Cristo na cruz. A sacramentalização da salvação no Verbo de Deus incarnado, sobretudo na expressão mais plástica do «pro omnibus» da oblação na cruz, passa para a Igreja enquanto comunidade redimida<sup>8</sup> e nela se torna operante graças ao envio do Espírito da parte de Cristo glorificado. A Igreja é na sua totalidade sacramento da obra redentora de Cristo, da união salvífica de Deus com os homens, da graça escatológica de Deus em Cristo para os homens. Leva a efeito em cada um dos homens o que Cristo realizou de uma vez para sempre. Como tal actua(liza) historicamente o sentido e o carácter escatológico da pessoa, da história e da obra de Jesus. A graça de Cristo adquire na Igreja uma visibilização e eficácia comunitária e histórica.

Encontramos aqui também claramente subjacente a noção de Igreja sacramento primordial enquanto resultado primeiro e primário da obra salvífica de Cristo; na sua humanidade de Crucificado e Ressuscitado, Ele é a fonte (nexo causal) e o protótipo (nexo estrutural) de toda a sacramentalidade da Igreja, na sua natureza e missão, no duplo movimento de anunciar e tornar presente a graça de Deus aos homens e de os unir intimamente a Ele por Cristo<sup>9</sup>.

O Concílio deixa também bem marcado o aspecto pneumatológico: é pelo Espírito que Cristo glorificado se torna presente e opera na comunidade eclesial e por meio dela, inserindo os homens no seu mistério pascal, tornando-os participantes da sua vida divina e do culto de glorificação ao Pai, em vista do futuro escatológico da humanidade e do mundo<sup>10</sup>. Ao explicar a estrutura sacramental da Igreja através do *analogatum princeps* da Incarnação do Verbo, o Concílio afirma implicitamente que o Espírito Santo se serve dela, na sua configuração social, como órgão de salvação<sup>11</sup>. Na verdade, é o Espírito que anima e confere todo o dinamismo salvífico, seja à

<sup>8</sup> C. E. O'Neill, *Les sacraments*, in: *Bilan de la théologie du XX<sup>e</sup> siècle II* (dir. R. Vandergucht — H. Vorgrimler), Tournai-Paris, 1970, p. 469.

<sup>9</sup> Cf. C. Vagaggini, *a. c.*; *Id.*, *Commentarium de principiis generibus ad sacram liturgiam instaurandam atque fovendam*, *EphLit* 78 (1964) 133-135; J. Alfaro, *Cristologia y Antropologia*, p. 134.

<sup>10</sup> SC 5-6; LG 4; 5, 2; 8, 1; 17; 44, 3; 48, 2; UR 3,3; AdG 4-5; 7,3; GS 22, 4; 38, 1; 43,6; 45, 2. O envio do Espírito aparece como momento constitutivo da Igreja-sacramento. Note-se porém que AdG 5 diz que Cristo fundou a Igreja como sacramento «antes de ser assumido no céu».

comunidade, seja aos meios salvíficos eclesiais, humanos e visíveis: anúncio da Palavra, sacramentos, missão, ministérios<sup>12</sup>. É a missão do Espírito que faz com que a Igreja, Povo de Deus e Corpo de Cristo, seja definitivamente constituída «sacramento universal de salvação»<sup>13</sup>, que torna presente, eficaz e dinamicamente operante, e leva a termo, às dimensões universais do mundo e da história, a salvação definitivamente adquirida e consumada em Cristo: «A Igreja é movida pelo Espírito Santo a cooperar para que chegue à plena realização o propósito de Deus que constituiu Cristo como princípio de salvação para o mundo inteiro»<sup>14</sup>.

A Igreja aparece assim como *acontecimento e instituição* salvífico-sacramental, isto é, a sua sacramentalidade é algo totalizante: abrange a sua *dimensão carismática* enquanto povo de Deus dotado dos bens da Nova Aliança, Corpo comunitário de Cristo participante da plenitude de graça e verdade do seu Senhor, Comunidade-templo vivo e animado pelo Espírito, e simultaneamente a sua *dimensão institucional*, enquanto instituição de salvação dotada de estrutura social, visível e de meios salvíficos outorgados por Cristo e vivificados pelo Espírito. Em virtude do Espírito, ela torna significativa e operante a salvação escatológica em Cristo: pelo seu ministério profético no anúncio e transmissão da Revelação definitiva do Mistério; pelo ministério sacerdotal na presencialização sacramental da oblação única de Cristo na cruz como sacrifício da Aliança nova e definitiva, enquanto acto supremo de culto e glorificação ao Pai e redentor da humanidade; pelo ministério real na obediência e diaconia ao senhorio de Cristo glorificado, no testemunho de santidade e amor, no seu poder e na sua obra de santificação, pelos quais comunica a vida gloriosa de Cristo aos homens e os submete ao seu senhorio<sup>15</sup>.

Mas a Igreja é sacramento também a título de «prolepsis», isto é: não só como puro sinal e instrumento, mas também como realização inicial e antecipada da salvação escatológica de que é sinal.

<sup>12</sup> LG 8, 1. Sobre a relação entre o Espírito e a sacramentalidade da Igreja no Concílio cf. H. Mühlen, *Una mystica persona*, Roma, 1968, pp. 444-445.

<sup>13</sup> SC 6; LG 4, 1; 7, 2-3; 21, 2; 24, 1; 48, 2; 50, 4; CD 1; 2, 2; AA 3, 4; AdG 3, 4; 4; 15, 1; PO 2, 3. Cf. Y. Congar, *o. c.*, p. 42.

<sup>14</sup> LG 48, 2.

<sup>15</sup> LG 17.

<sup>16</sup> SC 6-8; 47; 59; 83; 102; LG 3; 5, 2; 8, 1.4; 10-12; 21, 1; 24, 1; 25, 1; 26; 27; 28; 34-36; 38; 41-42; 44, 3; 46, 1-2; 48, 2; 50, 2; UR 2, 3-5; DV 7-8; AA 2-3; 5-8; AdG 5; 6, 3; 8; 9, 2. Cf. J. Alfaro, *o. c.*, p. 131.

A noção de sacramentalidade comporta este aspecto de primícia ou antecipação da renovação escatológica. Neste sentido, poderíamos ainda explicitar: a Igreja não é só *sacramento* da salvação escatológica, mas também sacramento *escatológico* da salvação. A sacramentalidade da Igreja é escatologicamente qualificada nos textos conciliares pela presença e acção de Cristo glorificado no dom do Espírito, pela comunicação à Igreja da sua plenitude de graça e verdade, pela posse plena dos meios salvíficos institucionais, pela presencialização proleptica e irrevogável da renovação e transformação escatológica prometida como primícia do Reino, e ao mesmo tempo enquanto procura realizar a história da salvação e inserir nela a humanidade e o mundo em ordem à plenitude total. A Igreja configura-se já como nova criação, como humanidade renovada pela participação na glória do Senhor<sup>16</sup>, em tensão para a plenitude futura do Reino. O escatológico, na sua dialéctica do «já agora» e «ainda não» da salvação, faz parte da sua estrutura sacramental. A sacramentalidade da Igreja tem por conseguinte um carácter, um dinamismo, um horizonte e uma finalidade escatológicos.

«Na verdade, Cristo elevado sobre a terra atraiu todos a si (cf. Jn. 12, 32); ressuscitando dentre os mortos (cf. Rom. 6, 9), infundiu nos discípulos o Seu Espírito vivificador e, por Ele, constituiu o Seu Corpo que é a Igreja como sacramento universal de salvação; sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo para conduzir os homens à Igreja e os unir mais estreitamente a Si por meio dela e, alimentando-os com o Seu próprio Corpo e Sangue, torná-los participantes da Sua vida gloriosa. Portanto, a restauração prometida que esperamos, já começou em Cristo, progride na missão do Espírito Santo e por Ele continua na Igreja; nesta, somos ensinados pela fé sobre o sentido da nossa vida temporal, enquanto levamos a termo, com a esperança dos bens futuros, a obra que o Pai nos confiou no mundo e realizamos a nossa salvação (cf. Fil. 2, 12)»<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Cf. nota 1; AdG 6, 2; P. Smulders, *o. c.*, pp. 414, 417-418; J. Witte, *A Igreja «sacramentum unitatis» do cosmo e do género humano*, in: *A Igreja do Vaticano II* (dir. G. Baraúna), p. 531.

<sup>17</sup> LG 48, 2.

Em virtude da presença do *eschaton* em acção na Igreja, compreende-se como o Concílio chame à Igreja «Reino de Cristo presente em mistério» ou «início e germe do Reino do Pai e de Cristo». Traduzindo estas expressões em termos de sacramentalidade, podemos dizer que a Igreja é considerada no Concílio como sacramento do Reino, quer enquanto Cristo ressuscitado (e o Pai por Ele) exerce nela o seu senhorio salvífico, quer enquanto é já início — ainda que no regime da fé — do Reino de salvação escatológica final, da comunidade glorificada no final dos tempos.

A Igreja apresenta-se assim como sacramento na plena accepção: o desígnio de graça realizado definitivamente em Cristo, no seu mistério pascal — como expressão nuclear e totalizante do mistério cristão — continua vivo e operante na Igreja, como memória(l) do(s) acontecimento(s) histórico(s) da nossa redenção, como presença actual da graça salvífica e como antecipação e promessa da plenitude futura.

Aplicando com E. Schillebeeckx à Igreja na sua totalidade o que o decreto *Ad Gentes* diz da actividade missionária, já que a Igreja no tempo da peregrinação é missionária por natureza, podemos como que sintetizar nestes termos a sua sacramentalidade: «A Igreja é nada mais, nada menos, que a manifestação e realização do desígnio de Deus no mundo e na sua história, na qual Deus leva a termo, de modo visível, por meio da Igreja, a história da salvação»<sup>18</sup>.

Ancorado nesta perspectiva sacramental-escatológica, o Concílio põe em relevo a originalidade, o fundamento, o imperativo e a finalidade da missão da Igreja em ordem à participação plena dos homens e, por eles, do mundo, no mistério de Cristo<sup>19</sup>. E traduz igualmente em termos de sacramentalidade a necessidade absoluta da Igreja como meio de salvação. Duma visão de conjunto dos textos, depreende-se que esta necessidade aparece considerada na sua dimensão colectiva enquanto a Igreja, povo de Deus, é sacramento *universal* de salvação em correspondência à dimensão colectiva do desígnio salvífico de Deus de formar um só povo unificado em Cristo ou de salvar os homens-em-povo<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> *La mission de l'Eglise*, Bruxelles, 1969, pp. 43-44.

<sup>19</sup> AA 2,1; 5; 7,1.

<sup>20</sup> LG 2-3; 9; 13-17; AdG 2-5; 7. O Concílio traduz em fórmula positiva e sacramental a antiga (e não tão feliz) formulação «Extra Ecclesiam nulla salus», qual princípio eclesiológico para designar a Igreja como única instituição mandatada em ordem à salvação universal em Cristo e não tanto primariamente em referência ao indivíduo, e dotada da plenitude de meios salvíficos. Sobre a história e sobre o significado da fórmula cf. Y. Con-

A Igreja é comunidade-povo na qual a Aliança definitiva de graça, concluída por Deus em Cristo, adquire visibilização histórica e pela qual os homens entram nela e dela beneficiam a pleno título. Só a Igreja é o Corpo de Cristo ao qual ele comunica a plenitude de graça e verdade e de meios salvíficos. A graça de Deus sacramentalizada na Igreja é considerada mais na perspectiva da totalidade e universalidade do desígnio de Deus do que no aspecto individual e particular. Este segundo aspecto é visto em dependência do primeiro, enquanto Deus comunica a graça ao homem como membro da comunidade. Todo e cada um dos homens estão destinados a entrar neste povo e a incorporar-se nele como Corpo de Cristo, onde o próprio Cristo glorificado, único mediador da salvação, torna operante e eficaz o poder salvífico do seu mistério pascal<sup>21</sup>. A resposta ao dom da salvação em Cristo faz-se dentro e através da comunidade eclesial na fé e no baptismo. A missão da Igreja e sua necessidade em ordem à salvação recebem assim um fundamento ontológico de graça a partir do acontecimento escatológico de Cristo e não se apresentam apenas como algo de extrínseco, meramente funcional, como simples resultado de obediência a um mandato do Senhor.

O Concílio estende ainda a sua reflexão sobre a missão da Igreja até às consequências de teologia prática, na perspectiva do contributo que pode oferecer em ordem à promoção e defesa da dignidade da pessoa humana, à luz da sua sacramentalidade escatológica. É no horizonte do «interesse último» — para nos expressarmos em terminologia de P. Tillich — que a Igreja fala do homem e do seu projecto de vida intramundana: «Dado que à Igreja foi confiada a

gar, *Vaste monde, ma paroisse. Vérité et dimensions du salut*, Paris, 1966, pp. 111-115, 160; *Id.*, *Principes doctrinaux* (n.ºs 2 a 9), in: *L'activité missionnaire. Décret «Ad Gentes»* (dir. J. Schütte), Paris, 1967, pp. 220-221; *Id.*, *Cette Église que j'aime*, Paris, 1968, pp. 61-63; G. Dejaifve, *L'appartenance à l'Eglise. Du Concile de Florence à Vatican II*, *NRTh* 99 (1977) 21-50.

<sup>21</sup> A relação sobre o n.º 16 da *Lumen Gentium* afirma o carácter eclesial da graça de Cristo ao expor os diversos graus de ordenação dos não cristãos à Igreja. «Christus universos homines obiective redemit eosque ad Ecclesiam vocat et dirigit. Omnis autem gratia indolem communitariam induit et ad Ecclesiam respicit» (*Schema Const. De Ecclesia*, AS III/I, p. 206). E na relação sobre o n.º 14 justifica a necessidade da Igreja a partir da mediação única de Cristo: «Statuit Commissio indicari necessitatem medii ex unico Mediatore Christo; cui assertioni tamen addidit affirmationem traditionalem de necessitate baptismi» (*Ib.*, p. 202). Cf. também UR 3, 4-5; AdG 6, 2. Dentro de todo este contexto, a *Lumen Gentium* no n.º 14 afirma expressamente que o homem que segue o ditame da sua consciência pode conseguir a salvação. Cf. GS 22,5.

missão de manifestar o mistério de Deus, o qual é o fim último do homem, ela manifesta simultaneamente ao homem o sentido da sua própria existência, isto é, a verdade profunda sobre o homem»<sup>22</sup>.

Na proclamação da mensagem escatológica de esperança e no testemunho do «homem escatológico», do homem novo segu(i)ndo Cristo ressuscitado, a Igreja revela e leva os homens à compreensão da verdade última do seu ser e do seu destino, da grandeza e do sentido da sua vocação integral a comungar da vida de Deus e da sua felicidade pela participação no destino glorioso de Cristo, ilumina os enigmas profundos da existência humana, isto é, a dor e a morte que não terão a última palavra no destino da humanidade, revela a dimensão definitiva e a razão mais profunda da dignidade e liberdade da pessoa humana<sup>23</sup>. O futuro do homem em Cristo é o garante absoluto da sua dignidade e liberdade transcendente: não só não destrói a sua autonomia, mas restitui-as à sua originalidade, salvando-as do pecado fundamental e encaminhando-as para a plenitude da liberdade dos filhos de Deus, para opções e soluções plenamente humanas. A mensagem de esperança de que a Igreja é portadora e que anuncia, não é reduzida a uma simples interioridade; na Igreja, o homem recebe luz sobre o sentido da sua existência temporal e do seu compromisso no mundo<sup>24</sup>.

É a partir desta visão que o Concílio, a par da função plenificante e integrativa da Igreja em relação à promoção da pessoa humana, sublinha também a sua função de instância provocadora que com a sua presença suscita nos homens a interrogação radical sobre o sentido e o fim último da existência, e a sua função de instância crítica frente aos diversos humanismos e ideologias imanentístico-materialistas, denunciando a sua visão redutiva do homem<sup>25</sup>. É tal a importância que o Concílio atribui a esta missão plenificante e crítica da Igreja como garante da transcendência do homem sobre as ideologias e sistemas, da sua abertura à Esperança e da sua tensão para o futuro absoluto que é Deus, que aparece como um princípio teológico na relação da comunidade eclesial com a comu-

nidade política, enunciando-o lapidarmente como um axioma: «A Igreja é no mundo sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana»<sup>26</sup>.

## 2. A Igreja, sacramento de unidade do género humano e do cosmos

A salvação em Cristo enquanto totalizante, reveste um carácter social, corresponde à componente social da existência humana. Como sacramento de Cristo glorificado e da redenção do homem, a Igreja presencializa também na história esta dimensão salvífico-comunitária, e que o Concílio traduziu várias vezes como sacramento de unidade de todo o género humano<sup>27</sup>.

O Vaticano II desenvolve esta temática como um aspecto da teologia da catolicidade da Igreja, enquadrando-a dentro do plano de Deus em relação à humanidade e ao mundo, dentro do processo da génese e do crescimento da humanidade e do cosmos na sua relação fundamental a Cristo Recapitulador — catolicidade eclesial na história criada por Deus. As chamadas notas da Igreja (unidade, catolicidade) são consideradas em relação ao mistério de Cristo e em função dele, numa perspectiva sacramental-escatológica, como expressão-sinal-testemunho das diversas dimensões do acontecimento salvífico, isto é, da graça de Cristo para a humanidade, para o cosmos e para a história, com conotação de um dinamismo universal a caminho da plenitude escatológica<sup>28</sup>. Embora este tema apareça no Concílio como ideia inspiradora e orientadora de toda a reflexão eclesiológica, adquire todavia a sua expressão mais profunda e sistemática no n.º 13 do capítulo II da *Lumen Gentium*, que servirá de base fundamental ao nosso desenvolvimento, donde emerge uma visão nova da unidade-catolicidade do novo povo de Deus.

A nota de catolicidade não é apresentada já como algo de simplesmente fenoménico, como expansão universal da Igreja, mas

<sup>22</sup> GS 41,1; Cf. E. Schillebeeckx, *Dio, il futuro dell'uomo*, Roma, 1971, pp. 146-147.

<sup>23</sup> GS 11,1; 21,3-4; 40,3; 41,1-2; 58,4; AdG; 8; 11,1; 12,4; NAe 2,3. Cf. E. Schillebeeckx, *Le monde et l'Eglise*, Bruxelles-Paris, 1967, pp. 178-179.

<sup>24</sup> LG 48,2.

<sup>25</sup> GS 21.

<sup>26</sup> GS 76,2; cf. também GS 21,6; AdG 8.

<sup>27</sup> LG 1; 9,2-3; GS 42, 3; cf. também SC 2; LG 13, 1-2; 17; 28,5; 48,2; UR 2; AdG 7,3; 8; GS 24,3; 32,4; 92,1.

<sup>28</sup> «Toutes les notes de l'Église sont dynamiques; elles indiquent la venue de la Grâce faite in Christo en tant que fait pour le monde et que visant, à partir de l'Incarnation, la plénitude escathologique» (Y. Congar, *Cette Église que j'aime*, Paris, 1968, p. 51).

sobretudo como uma dimensão interna, com uma densidade de conteúdo muito própria e marcadamente escatológica. Todo o desenvolvimento da reflexão sobre a missão universal do povo de Deus está centrado na *unidade católica*, isto é, naquela unidade de destino universal que tem a sua origem primeira e fundamento último no projecto salvífico de Deus: esboçado e impresso já na obra da criação de uma só natureza humana, vínculo ontológico de união entre os homens, ele tende a reunir os homens de todos os tempos e espaços, dispersos e divididos pelo pecado como deixa ver a evocação de Jn. 11, 52, numa nova e superior unidade em Cristo, centro de unidade, enquanto Senhor da criação, Chefe do novo povo dos filhos de Deus, Recapitulador escatológico que leva à plenitude todas as coisas sob o seu domínio salvífico<sup>29</sup>. A missão da Igreja coloca-se na linha do movimento de reunião iniciado na criação e finalizado em Cristo: criação e escatologia são postas em relação dialéctica e complementar.

A com(um)unidade eclesial em Cristo não se situa a nível sociológico como uma agregação intencional à volta da sua pessoa e obra. Trata-se de uma unidade profunda realizada através do dom escatológico do Seu Espírito, como princípio interno de vida e comunhão dos crentes em Cristo e entre eles mesmos, que tem a sua realização primeira e seu modelo na comunidade apostólica, descrita segundo os Actos dos Apóstolos: unidade na fé, na fraternidade eucarística, no louvor ao Pai. A união salvífica de Deus com os homens em Cristo pelo Espírito constitui a estrutura fundamental da unidade católica eclesial. A Igreja aparece como mistério de comunhão no Espírito, cujo sentido profundo é uma só e mesma vida em Cristo partilhada por todos. O Espírito une os homens com Cristo e entre si pelos laços da fé, da esperança, do amor, do serviço e da reconciliação, a partir e através da multiplicidade-pluralidade dos crentes, forma um só corpo de comunhão em Cristo. A união entre os homens é elevada nessa comunhão a amor fraterno. Estabelece-se uma solidariedade tão sublime que uns são membros dos outros e relacionam-se mutuamente como tais, em simpatia profunda e universal que ultrapassa os confins do espaço e do tempo: O mesmo «Espírito, unificando o corpo

<sup>29</sup> LG 13,1; UR 2,1; GS 32,1; cf. *Schema Const. De Ecclesia*, AS III/I, pp. 200-201; J. Ratzinger, *La mission d'après les autres textes conciliaires*, in: *L'activité missionnaire de l'Église. Décret «Ad Gentes»* (dir. J. Schütte), Paris, 1967; p. 123; A. Grillmeier, *Kommentar zum II. Kapitel der dogmatischen Konstitution über die Kirche*, in: *LThK Vat. II/I*, pp. 191-193; M. J. Le Guillou, *La sacramentalité de l'Église, La Maison-Dieu* 93 (1968) 26-27.

com a sua força e mediante a conexão íntima dos membros, produz e estimula a caridade entre os fiéis. Donde, se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele (cf. 1 Cor. 12, 26)»<sup>30</sup>. Os muros de divisão são abatidos, as diferenças pessoais, culturais, estruturais são relativizadas e integradas no serviço da comunhão e do enriquecimento do todo. Trata-se duma unidade que não destrói a particularidade. A diversidade não só não é obstáculo, mas, pelo contrário, converte-se em enriquecimento e *elemento* de unidade. Existe uma igualdade e solidariedade fundamentais porquanto (e enquanto) todos participam na mesma dignidade da filiação divina, na mesma vida nova em Cristo, na mesma vocação e missão.

«A santa Igreja, por instituição divina, é organizada e dirigida com uma admirável variedade. 'Assim como num mesmo corpo temos muitos membros e nem todos têm a mesma função, assim sendo muitos formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros' (Rom. 12, 4-5).

Um só pois é o povo de Deus: 'um só Senhor, uma só fé, um só baptismo' (Ef. 4, 5); comum é a dignidade de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e indivisa caridade. Nenhuma desigualdade portanto em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, pois que 'não há homem nem mulher: com efeito, em Cristo Jesus todos vós sois *um*' (Gal. 3, 28; cf. Col. 3, 11)»<sup>31</sup>.

A Igreja da Nova Aliança apresenta-se assim como parábola viva de comunhão: ela é a configuração visível e realização germinal e antecipada da unidade da humanidade em Cristo, que já é escatológica mas ainda em tensão para a comunhão total e plena que é a

<sup>30</sup> LG 7,3; cf. também LG 4; 8,1; 9,1-2; 12,2; 13,2; 32,4; 48,2; OE 2; UR 2; AdG 4; GS 32,4; 40,1; 42,3.

<sup>31</sup> LG 32,1-2; «Assim, na variedade, todos dão testemunho da admirável unidade no corpo de Cristo: com efeito, a própria diversidade de graças, de serviços e de actividades unifica (*in unum colligit*) os filhos de Deus pois que 'um só e mesmo Espírito opera todas estas coisas' (1 Cor 12,11)» (LG 32,3). «...através do dom do seu Espírito instituiu uma nova comunhão fraterna, a saber, no seu Corpo que é a Igreja, em que todos, membros uns dos outros, se prestam mutuamente serviços, segundo os diversos dons concedidos» (GS 32,4). Em LG 32, 3 trata-se de um contexto intra-eclesial; em GS 32,4 trata-se do contexto da Igreja no mundo. Cf. *Schema Const. De Ecclesia*, AS III/I, p. 283; LG 9;

Igreja celeste<sup>32</sup>. Como tal, a Igreja é a expressão da salvação escatológica de Cristo já actuante no mundo. O Concílio deixa também claro que, precisamente em virtude do carácter escatológico da Igreja como Reino de Cristo presente em mistério, esta unidade, que é dom do Espírito, se torna verdadeira e plenamente católica na extensão e na profundidade<sup>33</sup>: uma comunidade nova dos filhos de Deus reunidos de entre todos os povos, onde a plenitude da lei é o amor, onde todos são irmãos, como contraparte da dispersão e divisão babélicas:

«No dia de Pentecostes, (o Espírito) veio sobre os discípulos para permanecer com eles para sempre e a Igreja foi manifestada publicamente diante da multidão, teve início a difusão do Evangelho entre as gentes, pela pregação e, finalmente, foi prefigurada a união dos povos na catolicidade através da Igreja da Nova Aliança que fala todas as línguas, todas as línguas entende e acolhe no amor e assim supera a dispersão babélica»<sup>34</sup>.

A Igreja, enquanto faz participar da plenitude de Cristo pelo Espírito, torna-se sinal de unidade salvífica para todo o género humano: «sinal levantado entre os povos sob o qual os filhos de Deus dispersos são reunidos na unidade»<sup>35</sup>, particularmente na Eucaristia, onde tal unidade é simbolizada e realizada<sup>36</sup>.

O Concílio põe em relevo o dinamismo reunificador com que Cristo dotou a sua Igreja, o seu carácter sacramental inclusivo e integrante em direcção a toda a humanidade. A unidade católica de que é adornada a Igreja é simultaneamente dom e missão. Esta sua função unificadora é expressa pelo Concílio, ora através da bela imagem bíblica da Cidade Santa para a qual convergem todos os povos com os seus dons, ora através do tema patrístico da recapitulação, evocando

13,2-3; UR 2; NAe 5; AdG 7,2; PO 8, 1; GS 29,1; 42,3; 92,1; O. Semmelroth, *Kommentar zum II. Kapitel des ersten Teils der Pastoralkonstitution über die Kirche in der Welt von heute*, in: *LThK Vat. II/III*, pp. 376-377.

<sup>32</sup> GS 32,5; LG 9; AdG 7,3; UR 4,3.

<sup>33</sup> LG 13, 2.

<sup>34</sup> AdG 4,1; UR 2,1; LG 9,2.

<sup>35</sup> SC 2.

<sup>36</sup> SC 2; 47; 48; LG 3; 7,2; 11,1; 13,1; 26,1; UR 2,1; AA 8,3; GS 38,2.

sobretudo Santo Ireneu<sup>37</sup>. A este propósito, o Concílio apresenta em descrição sintética uma concepção nova e profunda da catolicidade em relação aos manuais clássicos de teologia, como participação no poder recapitulador universal de Cristo, ou na expressão de G. Martelet, «a catolicidade dinâmica de recapitulação»:

«Este carácter de universalidade que adorna o povo de Deus é dom do próprio Senhor, pelo qual a Igreja católica tende perpétua e eficazmente a recapitular toda a humanidade com todos os seus bens sob Cristo cabeça na unidade do Seu Espírito»<sup>38</sup>.

Nota-se imediatamente, por um lado, o acento escatológico-sacramental da catolicidade, derivante do seu fundamento crístico-pneumatológico e, por outro lado, a dimensão cósmica (*cum omnibus bonis eius*), de acordo com a linha antropológica do Concílio, segundo a qual o cosmos atinge através do homem a sua finalidade. A Igreja é vista como parte da humanidade já unificada sob a graça de Cristo (dom), com o poder e a missão de integrar toda a humanidade e toda a criação na unidade salvífico-plenificante em Cristo. É esta perspectiva da catolicidade dinâmico-recapituladora que ilumina a presença e missão da Igreja no mundo: preparar a plenitude e catolicidade (ou a plenitude católica) final, isto é, a recapitulação em Cristo glorificado, Novo Adão, herdeiro escatológico de tudo aquilo que veio assumir para salvar. A missão é assim a realização efectiva da catolicidade na orientação para a plenitude do Reino. É o carácter escatológico do Reino, de que a Igreja é sacramento, que anima a sua missão e a abre para o «católico»: no ser o Reino uma grandeza de ordem ultraterrena, confere-lhe uma liberdade e abertura escatológico-transcendental que lhe permite abraçar todos os povos, todas as culturas com as suas energias e valores próprios, colocando-os sob o senhorio de Cristo. Esta visão escatológico-dinâmica da catolicidade constitui a ideia base e condutora da teologia da missão que permite ao Concílio rasgar e desenvolver o horizonte teológico da missão salvífica da Igreja num quadro mais vasto e universal traçar a metodologia da actividade missionária:

<sup>37</sup> LG 13,2. Este texto será citado à frente em referência à nota 39.

<sup>38</sup> *Ib.* Cf. G. Martelet, *A Igreja e o temporal. Rumo a uma nova concepção*, in: *A Igreja do Vaticano II* (dir. G. Baraúna), p. 594; Y. Congar, *Proprietà essenziali della Chiesa*, in: *MystS 7*, Brescia 1972, pp. 588-591.

«Como o Reino de Cristo não é deste mundo (cf. Jn. 18, 36) a Igreja, isto é, o Povo de Deus, introduzindo este Reino nada tira ao bem temporal de qualquer povo, mas pelo contrário favorece e assume as qualidades, as riquezas e os costumes dos povos, na medida em que são bons; assumindo-os, purifica-os, consolida-os e eleva-os. Ela recorda-se com efeito de que deve fazer união (*colligere*) com aquele Rei ao qual os povos foram dados em herança (cf. Ps. 2, 8) e a cuja cidade levam dons e ofertas (cf. Ps. 71 (72), 10; Is. 60, 4-7; Apoc. 21, 24)»<sup>39</sup>.

Este texto do Concílio, com os lugares paralelos, põe em evidência o sentido, a criteriologia e a dinâmica da recapitulação em relação às realidades temporais, inspira e determina também a dinâmica de acção evangelizadora e missionária da Igreja, do seu diálogo com as diversas culturas, com as religiões não cristãs, ou mesmo com o mundo dos não crentes, a dinâmica do movimento ecuménico, do carácter *católico* da liturgia, e isto mesmo a nível da Igreja local<sup>40</sup>. Trata-se da *integração espiritual* dos valores e das realidades terrestres no mistério pascal de Cristo, sob a sua plenitude de graça, através da missão evangelizadora e santificadora da Igreja e não sob formas institucionais de eclesialização através do domínio político-temporal. O Concílio caracteriza esta dinâmica de recapitulação cósmica no trinómio «assumir-purificar-elevar», correspondente à dinâmica cristológica da salvação «incarnação-cruz-glorificação». Segundo a economia da incarnação, à Igreja peregrina incumbe a missão de acolher todas as realidades e todos os valores humanos próprios de cada povo e cultura, imbuí-los de espírito evangélico e assim assumi-los na unidade salvífica da fé e do amor, para os levar à perfeição em Cristo: receber e recolher todo o património humano na «cidade do Rei» de modo a fazer participar o cosmos da nova criação em Cristo<sup>41</sup>. Esta integração assume também um aspecto pascal, que comporta uma exigência de purificação, de rotura, de libertação do erro, da

<sup>39</sup> LG 13,2; cf. LG 17; AdG 8; 9,2; 11,2; 22,1-2; J. Ratzinger, *a. c.*, pp. 125-126; J. Witte, *a. c.*, pp. 532-533.

<sup>40</sup> Cf. nota anterior e ainda SC 37; LG 16; OE 2. UR 4,7-10; 16; 17; NAe 2,3-4; AdG 26,2; GS 58.

<sup>41</sup> Este aspecto foi acentuado no Concílio pelos bispos africanos: cf. a notável intervenção de Mons. Grauls, AS II/II, pp. 69-70. Sobre a realização da catolicidade na assunção dos povos e culturas cf. Y. Congar, *a. c.*, pp. 597-601, incluindo bibliografia.

imperfeição, do pecado. A Igreja, na sua missão salvífica, exerce uma acção de discernimento, submete as coisas, os bens, os valores ao juízo, à crisis escatológica do Reino para que possam ser introduzidas ou permanecer no âmbito salvífico deste, ou exprimindo-nos com palavras do Concílio, «liberta-os das contaminações do mal e restitui-os a Cristo, seu autor»<sup>42</sup>. A Igreja coloca-se numa atitude ecuménica, verdadeiramente católica, de atenção, de escuta, de sensibilidade a todos os valores da(s) cultura(s), para descobrir e reconhecer neles a abertura, o apelo, a capacidade potencial de acolhimento da plenitude do Reino, e coloca-se também como ponto de referência onde se atinge essa integração na plenitude de Cristo, através da sua acção santificadora, de tal modo que esse património «não só não se perca, mas antes seja sanado, elevado e consumado para glória de Deus, confusão do demónio e felicidade do homem»<sup>43</sup>.

Perspectivando a catolicidade a partir de Cristo, o Concílio reconhece também uma certa unidade e catolicidade — enquanto dimensões eclesiais expressivas do mistério de Cristo — às Igrejas e comunidades não católicas bem como a sua ordenação para aquela plenitude de comunhão que subsiste na Igreja católica, embora também com sombras e por vezes ofuscada pelo pecado dos seus membros, sempre em tensão para a plenitude final<sup>44</sup>. A unidade e catolicidade da Igreja são dinamizadas e até certo ponto relativizadas pela sua orientação para o *eschaton*, uma vez que se trata ainda da Igreja peregrina na história: só será plenamente e totalmente una e católica no Reino final. O Concílio sublinha também o trágico da divisão dos cristãos, que impede a manifestação plena da comunhão católica em Cristo e a urgência da sua unidade na verdade e no amor a fim de que a Igreja seja «presságio de unidade e de paz para o mundo»<sup>45</sup>.

A teologia da Igreja como sacramento de unidade de todo o género humano inspira ainda a sua atitude e missão de serviço e de ajuda à comunidade dos homens, a sua colocação e relação dentro da comunidade política e internacional, na sua acção em favor da paz. À Igreja é atribuída a função promotora da unidade, da fraternidade

<sup>42</sup> AdG 9.

<sup>43</sup> LG 17.

<sup>44</sup> LG 15; 48,1; UR 2-4; 24,1; AdG 7,3; 9. Cf. W. Pannenberg, *La signification de l'eschatologie pour la compréhension de l'apostolicité et de la catholicité de l'Église*, *Istina* 1 (1969) 166.

<sup>45</sup> GS 92,3; cf. UR 4,10.

e da paz entre os homens e os povos, hoje em dia mais sentida e solicitada pelas instâncias da história actual, paradoxalmente atravessada por uma aspiração e tendência à união e solidariedade planetária e por um movimento contrastante de dispersão e divisão. A Igreja testemunha como a união social e visível tem a sua origem mais profunda na união das mentes e dos corações e esforça-se por introduzir no mundo o dinamismo vivido da fé e do amor como força unificante, e não qualquer domínio exterior<sup>46</sup>. Na sua universalidade transcendente, ela mesma aparece como vínculo de união entre os homens, as comunidades, os povos, as culturas e como sacramento da fraternidade humana ao serviço da comunicação, do diálogo, da colaboração mútua, seja através das suas instituições, seja através do empenho dos cristãos no mundo. «Em virtude da sua missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica e de reunir num só Espírito todos os homens de qualquer nação, raça ou cultura, a Igreja torna-se sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece um diálogo sincero»<sup>47</sup>.

O Concílio estabelece também uma relação formal entre a unidade católica tal como a explicámos e a paz a que aspira a humanidade: *a unidade católica do Povo de Deus prefigura e promove a paz universal*<sup>48</sup>. Não só é sinal profético, mas também torna presente no mundo a paz de Cristo como dom, fundada na justiça e no amor que cria e consolida a paz verdadeira entre os homens, pela transformação dos corações e das relações interhumanas, tornando-os afectiva e efectivamente construtores da paz. «Aderindo fielmente ao Evangelho e realizando a sua missão no mundo, a Igreja — a quem pertence promover e elevar tudo o que de verdadeiro, de bom e de belo se encontra na comunidade dos homens — consolida a paz entre os homens para glória de Deus»<sup>49</sup>.

### 3. A Igreja, sacramento da Esperança e do Futuro da História

Esta dimensão da Igreja surge simultaneamente como corolário e como complemento da reflexão anterior, que aparece como pressu-

<sup>46</sup> GS 42,3; 43,5; LG 1; 28,5; AdG 1,2.

<sup>47</sup> GS 92,1; também GS 1; 3,2; 21,6; 42, AA 14,3-4; Sobre a Igreja como sacramento do diálogo cf. E. Schillebeeckx, *Dio, il futuro dell'uomo*, pp. 129-152.

<sup>48</sup> LG 13,4.

<sup>49</sup> GS 76,6; cf. CS 76,4; 77; 78,2-4; 82,4; UR 2,5.

posto fundamental sobre a relação Igreja-mundo, à luz da sacramentalidade.

De uma leitura global e penetrante dos textos conciliares ressalta com efeito um novo enfoque de tão importante e delicado problema dentro da perspectiva ou do esquema escatologia-história ou escatológico-temporal. O temporal é considerado como dimensão histórica da existência humana — enquanto realidade criada, finita, em devir — e na sua densidade cósmico-colectiva, centrada na tarefa de transformação e humanização do universo, e na sua autonomia própria, permanece referido porém ao *eschaton* como sua dimensão definitiva em Cristo. O escatológico não só não absorve o temporal na sua autonomia criatural, mas antes revela-lhe a sua identidade própria e/na sua dimensão última.

Foi assim abandonada a concepção da relação Igreja-mundo típica do primeiro esquema *De Ecclesia*, que estava marcada pelo aspecto jurídico-político-hierocrático, como relação entre dois poderes ou duas jurisdições e esferas distintas e separadas, duas sociedades jurídicas Igreja e Estado<sup>50</sup>.

O mundo, tomado na sua realidade e no seu projecto histórico-colectivo, é enfocado agora a partir da sua vocação e do seu destino escatológico, mais explicitamente na referência à sua consumação já iniciada em Cristo e de que a Igreja, povo messiânico-escatológico, é sacramento. A fronteira entre a Igreja e o mundo não passa através do jurídico, mas do escatológico: o temporal é referido directa e imediatamente ao *eschaton* e só mediata e sacramentalmente à Igreja, na sua dimensão histórico-comunitária do acontecimento de Cristo. A relação Igreja-mundo é vista pelo Concílio a partir da união de finalidade escatológica no Reino de Deus:

«Por último, (este povo messiânico) tem por fim o Reino de Deus, começado na terra pelo próprio Deus e que deve ser ulteriormente dilatado, até que no fim dos séculos seja também por Ele consumado, quando Cristo, nossa vida, aparecer (cf. Col. 3, 4) e 'a própria criação for libertada da escravidão da corrupção para a liberdade da glória dos filhos de Deus'»

<sup>50</sup> Tal era a perspectiva do capítulo IX «De relationibus inter Ecclesiam et Statum» do primeiro esquema apresentado aos padres conciliares. O n.º 40 enunciava em título o princípio de tais relações: «Distinctio inter Ecclesiam et societatem civilem, et subordinatio finis civitatis fini Ecclesiae» (AS I/IV, pp. 65-68).

(Rom. 8, 21). Por isso (*itaque*) este povo messiânico, embora não compreenda a universalidade dos homens, e não poucas vezes apareça como um pequeno rebanho, é contudo para todo o género humano o mais seguro germe de unidade, de esperança e de salvação»<sup>51</sup>.

Este texto é completado por um outro paralelo, de importância fundamental para a nossa reflexão:

«A Igreja, à qual todos somos chamados em Cristo Jesus e na qual por graça de Deus alcançamos a santidade, só na glória celeste será consumada, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas (cf. Act. 3, 21) e, juntamente com o género humano, também todo o mundo, que está intimamente unido ao homem e por ele atinge o seu fim, for perfeitamente restaurado em Cristo (cf. Ef. 1, 10; Col. 1, 20; 2 Ped. 3, 10-13)»<sup>52</sup>.

O último texto deixa ver como o próprio cosmos criado se encontra numa situação existencial sobrenatural (crística), dada a sua finalização na plenitude de Cristo: é chamado à união com Deus em Cristo. No plano salvífico de Deus, a Igreja como o mundo têm o mesmo destino escatológico: a realização definitiva, a libertação e glorificação final em Cristo, a atingir plenamente na consumação escatológica. A Igreja caminha com o mundo e no meio dele, dentro da história, em direcção ao Reino.

<sup>51</sup> LG 9,2.

<sup>52</sup> LG 48,1. Esta concepção da relação do temporal ao escatológico e Igreja-mundo está presente também em LG 1; 5,2; 13,2; 17; 31,2; 35-36; 44,3; 48, 1-3; AA 2; 5; 7; AdG 1; 5; 8-9; 11,2; 15,7; GS 1; 2,2; 10,2; 38-39; 40; 43,1; 45,1-2; 57, 2-1; 58, 4; 72. O temporal aparece também relacionado ao espiritual, v. g. LG 13, 2-3; 28,3; 38. O espiritual é porém, de um modo geral, referido ao mistério de Cristo ou da Igreja e não em contraposição jurídica. Sobre o temporal e o escatológico e a natureza do espiritual na *Lumen Gentium*, cf. G. Martelet, *a. c.*, pp. 578-588: «Uma Igreja que refere o temporal à escatologia e o espiritual ao mistério total do Senhor, e não, antes de tudo, à hierarquia, é uma Igreja em que os cristãos podem referir-se ao mundo em virtude da catolicidade espiritual da sua fé» (Ib., p. 578); Y. Congar, *Église et monde dans la perspective de Vatican II*, in: *L'Église dans le monde de ce temps III* (dir Y. M. J. Congar et M. Peuchmaurd), Paris, 1967, pp. 30-31; *Id.*, *Apports, richesses et limites du décret*, in: *L'Apostolat des laïcs. Décret «Apostolicam Actuositatem»* (dir. Y. Congar), Paris, 1970, pp. 189-190.

Simultaneamente porém, o Concílio põe em evidência como a condição final do mundo já começou e permanece irrevogavelmente na Igreja, povo de Deus reconciliado e renovado em Cristo, graças à acção contínua do Seu Espírito. A Igreja, como sacramento do Reino de Deus que vem, enquanto o acolhe, o inaugura, o serve e torna presente em mistério, é já antecipação e realização inicial da transformação definitiva do mundo em Cristo, segundo a economia da fé, da esperança e da caridade. Fazendo-se eco do dinamismo da história da salvação e da noção bíblica de primícias, o Concílio apresenta a Igreja como *pars pro toto*, isto é, como uma parte da humanidade que leva já em si o destino salvífico da colectividade, do mundo, na sua orientação para Cristo ressuscitado e glorificado, portadora de uma totalidade de salvação para o mundo inteiro<sup>53</sup>. Neste sentido podemos dizer que é sacramento do futuro escatológico que Deus nos reserva, que nos espera (dom) e que nós esperamos (missão), isto é, que já possuímos como dom inicial no Espírito. A Igreja antecipa, anuncia a salvação que há-de vir, caminha para ela na esperança.

De certo modo, o Concílio deixa entrever como conclusão implícita que a Igreja, como primícias da humanidade escatológica, não só manifesta o *eschaton* operante dentro do seu âmbito, mas também dentro da totalidade da história: nela adquire expressão pública e social o que a graça escatológica de Deus em Cristo já vai operando, ainda que ocultamente, na história. Na verdade, afirma-se expressamente que a acção do Espírito de Cristo se estende para além do âmbito da Igreja visível e que o mesmo Espírito está presente à evolução e ao dinamismo da história<sup>54</sup>. Compreende-se como a mútua relação entre a Igreja e o mundo não é considerada sob o esquema de paralelismo ou justaposição, mas determinada como relação de penetração, perceptível somente à luz da fé. Permanecem uma distinção e tensão que só terminará no Reino final quando Deus for tudo em todos e se realizar a unidade escatológica<sup>55</sup>.

Dentro deste horizonte, o Concílio introduziu muito intencionalmente no n.º 9 da *Lumen Gentium* atrás citado, o tema do messia-

<sup>53</sup> LG 5,2; 9,2; 48,2-3; GS 40, 2-3; Cf. Ch. Duquoc, *L'Église et le monde, LumVie* 73 (1965) 53:-54; J. Alfaro, *Esperanza cristiana y liberación del hombre*, Barcelona, 1972, pp. 121-122.

<sup>54</sup> GS 26,4; 38; 40,2-5. Cf. E. Schillebeeckx, *La mission de l'Église*, p. 47.

<sup>55</sup> «Tal penetração da cidade terrena e da cidade celeste só pode ser percebida pela fé; mais, resta o mistério da história humana, que é perturbada pelo pecado até à plena revelação do esplendor dos filhos de Deus» (GS 40, 2).

nismo do Reino relativo à Igreja, povo de Deus, como elemento caracterizante e integrante da teologia da Igreja na história da salvação e do mundo: o messianismo animado pela esperança da salvação e libertação escatológicas como futuro definitivo da humanidade. Na sequência de uma intervenção de Mons. Marty, então bispo de Reims, em França, é sublinhado o carácter messiânico do povo de Deus: ora no seu dinamismo interno enquanto nele se realiza e perdura a obra messiânica de Cristo, isto é, a consumação da Aliança e esperança dos povos no Reino de Deus vindo em Cristo, ora no seu dinamismo universal enquanto é portador, manifesta e difunde a promessa-espérance da salvação total e totalizante, da renovação da condição humana em Cristo, pela vitória sobre o mal, por uma existência em plenitude, por uma vida em comunhão fraterna, pela libertação da criação da corrupção que a escraviza — um futuro de justiça, de libertação e de paz, como sinal da vinda do Reino de Deus. Tal é o conteúdo da esperança messiânica respeitante ao destino colectivo da humanidade, de que a Igreja é germe ou sacramento<sup>56</sup>. Na Igreja manifestam-se portanto a significação profunda e o sentido último da existência e da obra temporal do homem, do progresso da humanidade, do movimento da história. A esperança aparece neste contexto não como virtude privada de cada fiel, mas como virtude-força colectiva do povo de Deus na sua atitude comunitária de peregrinação, de povo em êxodo ao encontro de Cristo glorificado, constitutiva da sacramentalidade da Igreja, juntamente com a fé e o amor. O Concílio deixa transparecer ainda como a Igreja no seu peregrinar em esperança para a consumação leva também em si a esperança da consumação do mundo<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> A relação sobre o n.º 9 da *Lumen Gentium* alude à intervenção de Mons. Marty que se referia ao n.º 24 do capítulo sobre os leigos: «In descriptione omnium elementorum, quibus fundatur et exercetur sacerdotium universale christifidelium, opportunum videtur enuntiare explicite, post munus sacerdotale, propheticum et regale Christi, illud munus quo Christus, tamquam Messias a prophetis annuntiatus (immo ista tria sunt partes et attributa muneris messianici), Consummationem foederis Veteris Testamenti et expectationem gentium, in regno Dei adimplevit. Perdurat enim opus messianicum in et a populo christiano, qui illud manifestat, et in cursu mundi reapse diffundit, in signum adventus regni. Ecclesia est populus messianicus» (AS II/III, pp. 507-508). Segue-se depois a justificação da oportunidade desta enunciação. Isto mesmo é confirmado pelo extenso do texto Y. Congar, *Un peuple messianique*, Paris, 1975, p. 94, nota 50. cf. *Id.*, *The Church seed of Unity and Hope for the human race*, *Chicago Studies* 5 (1966) 26-27, 38; *Id.*, *Le rôle de l'Église dans le monde de ce temps*, in: *L'Église dans le monde de ce temps II*, pp. 318-319; M. D. Chenu, *La Chiesa, popolo messianico*, Torino, 1967, pp. 49-56.

<sup>57</sup> LG 48; GS 38; cf. G. Martelet, *a. c.*, p. 582.

Esta esperança não é uma extrapolação para o final dos tempos e álibi para a Igreja, que a aliena da tarefa terrestre. À Igreja inserida na história é atribuído o papel de «fermento da empresa cósmica, mediante a esperança», segundo a expressão de Chenu<sup>58</sup>, que contribui para a maturação do processo de renovação escatológica já em acto no mundo. Ou, noutros termos, é-lhe atribuída a missão de vanguarda do Reino de Deus que conduz a história para a vinda gloriosa e renovadora do Senhor.

«Procedendo do amor do Pai, fundada no tempo por Cristo Redentor, unida no Espírito Santo, a Igreja tem um fim salvífico e escatológico, que só poderá ser atingido no século futuro. Mas ela existe já actualmente na terra, composta de homens que são membros da cidade terrena e chamados a formar já na história a família dos filhos de Deus, a qual deve crescer continuamente até à vinda do Senhor... Deste modo, a Igreja, simultaneamente 'assembleia visível e comunidade espiritual' caminha juntamente com toda a humanidade e experimenta a mesma sorte terrena com o mundo, e é como o fermento e como que a alma da sociedade humana, destinada a ser renovada em Cristo e a ser transformada em família de Deus»<sup>59</sup>.

O papel messiânico atribuído à Igreja, em relação à sua presença e acção no mundo, não é de tipo sócio-político, mas antes de tipo salvífico profético-escatológico. Não lhe compete, como povo de Deus, criar e estabelecer programas sócio-económico-políticos em ordem à transformação da sociedade. Como sacramento do *eschaton* é sua tarefa própria dar um sentido salvífico e orientação escatológica à actividade transformadora da humanidade. Aqui reside o «específico» da missão da Igreja em relação ao temporal: «A Igreja, enquanto ajuda o mundo e dele recebe muitas coisas, tem em vista uma só coisa (*ad hoc unum tendit*): que venha o reino de Deus e seja instaurada a salvação de todo o género humano. Tudo o que de bom o povo de Deus pode oferecer à família humana no tempo da sua peregrinação terrestre, provém do facto de que a Igreja é 'sacramento universal de salvação' que revela e simultaneamente realiza o misté-

<sup>58</sup> *La chiesa popolo messianico*, p. 21.

<sup>59</sup> GS 40,2; 45,1.

rio do amor de Deus para com os homens»; «A Igreja nasceu para que, dilatando o Reino de Cristo por toda a parte para glória de Deus Pai, torne todos os homens participantes da redenção salvífica e, através deles, o mundo inteiro seja ordenado, na verdade, para Cristo»<sup>60</sup>.

Como vanguarda do Reino de Deus na história, a Igreja tem por missão introduzir nela o «ritmo parusiaco», o dinamismo escatológico, ou seja, inserir a actividade, o progresso e as esperanças humanas no movimento escatológico para Cristo ressuscitado. Ou então, com a própria expressão do Concílio, «procurar o Reino de Deus», «procurar a justiça do Reino na ordenação temporal do mundo»<sup>61</sup>: quer dizer, ordenar o mundo segundo os valores e as exigências do Reino e da sua justiça em ordem à plenitude final. A proclamação e instauração do Reino comportam a redenção do momento histórico, a transformação das estruturas sociais na esperança da glória futura<sup>62</sup>. Tal ordenação é feita, não através de formas institucionais de cristandade, mas *ad modum fermenti*, através da consciência e actividade dos homens, através da integração espiritual em Cristo de modo que o mundo seja santificado *a partir de dentro*. «É tarefa de toda a Igreja trabalhar para que os homens sejam capazes de construir rectamente a ordem das coisas temporais e de ordená-la a Deus por Cristo»<sup>63</sup>. Tudo isto é claro quando o Concílio procura elaborar a tipologia do leigo no mundo em comparação com a hierarquia e a vida religiosa. Ao considerar a presença e a acção dos leigos dentro da missão global da Igreja, põe em evidência na descrição tipológico-ecclesiológica que nos oferece, a sua relação *crístã* ao mundo, que tem como específico orientar o mundo no seu processo de humanização em ordem à salvação escatológica, à sua renovação em Cristo, de modo a preparar já a «matéria do reino do céu»<sup>64</sup>. Relativamente à vida religiosa, o Concílio realça o seu carisma de testemunho do sentido escatológico do mundo que só será transformado pelo espírito das bem-aventuranças do Reino e

o sentido último de todo este processo de transformação será a ressurreição futura<sup>65</sup>. Referindo-se aos pastores do povo de Deus, põe em relevo o serviço profético em ordem ao anúncio dos princípios acerca do fim da criação e o uso do mundo, e a sua função diaconal em relação aos auxílios morais e espirituais «a fim de que a ordem temporal seja instaurada em Cristo»<sup>66</sup>.

A Esperança escatológica de que a Igreja é sacramento como povo messiânico, não só não é obstáculo à construção do mundo, mas com toda a densidade do seu conteúdo enquanto primícias e reserva do Futuro absoluto, como dom absoluto de Deus (reserva escatológica), transforma-se e traduz-se em reserva de novas energias e de impulso em ordem ao empenho no mundo: «A Igreja ensina que a importância das tarefas terrenas não é diminuída pela esperança escatológica, mas antes que a sua realização é reforçada com novos motivos»<sup>67</sup>.

O Concílio procura ainda estabelecer qual a relação que intercorre entre a missão da Igreja, sacramento da esperança e do futuro, e as aspirações e esperanças concretas da humanidade que vive e progride na história. Neste sentido, à missão da Igreja no mundo é assinalada uma dupla função: sócio-utópica e sócio-crítica, se assim lhe podemos chamar. Por um lado, pertence-lhe canalizar e interpretar as esperanças dos homens e os seus esforços, assumindo e promovendo tudo o que de bom e nobre contém, conferindo-lhe o autêntico sentido último, integrando-os na marcha para a meta final, para a plenitude em Cristo.

Como sacramento-testemunho do Reino de Deus deve constituir um apelo profético no processo histórico de humanização, fazer entrar na sociedade e manter viva a consciência do horizonte e das exigências da realização escatológica da justiça, da vida e da paz. Para cumprir a sua missão evangelizadora, o Concílio sublinha a necessidade de a Igreja estar atenta ao movimento da história, aos acontecimentos, mais precisamente aos sinais dos tempos e procurar lê-los em perspectiva escatológica, descobrindo a sua relação com a esperança e o futuro escatológicos<sup>68</sup>.

<sup>60</sup> GS 45,1; AdG 2,1.

<sup>61</sup> LG 31,2; cf. AA 7,4-5; J. M. Gonzalez Ruiz, *L'Église, peuple de Dieu dans le monde*, *LunVie* 73 (1965) 72-73.

<sup>62</sup> LG 35; GS 38-39.

<sup>63</sup> AA 7,4; cf. AdG 15,7.

<sup>64</sup> LG 31. cf. *Schema Const. De Ecclesia. Relatio de N. 31, AS III/I*, p. 282; AA 2,1; 7,4-5; GS 38,1; E. Schillebeeckx, *A definição tipológica do leigo cristão conforme Vaticano II*, in: *A Igreja do Vaticano II* (dir. G. Baraúna), pp. 992-993.

<sup>65</sup> LG 31,2; 44,3; GS 38,1.

<sup>66</sup> AA 7,4.

<sup>67</sup> GS 21,3; cf. também 34,3; 39; 43,1; 57,1.

<sup>68</sup> GS 1; 3,2; 4,1; 11,1; 40,3; 41,3. 5; 43,5; AdG 8-9; cf. J. Alfaro, *Esperanza cristiana y liberación del hombre*, p. 122.

Por outro lado, o Reino de Deus comporta também um aspecto de juízo. A Igreja submete o processo de humanização, o progresso da humanidade ao julgamento do Evangelho, através da sua função crítica relativamente às instituições, às estruturas sócio-políticas, aos comportamentos na medida em que estão afectados pela força do pecado, do egoísmo, da opressão, e impedem e são contrários à realização ou tradução da justiça do Reino. Referindo-o(s) à plenitude final, a Igreja relativiza assim o(s) projecto(s) humano(s) e liberta-o(s) de falsos messianismos temporais, de falsas utopias em que a felicidade do homem aparece somente como obra das suas mãos, fechada no horizonte histórico<sup>69</sup>.

O próprio messianismo escatológico-profético da Igreja exclui por isso mesmo qualquer triunfalismo, não obstante o seu lugar e a sua função de primeiro plano na nova criação, e situa-se na linha da diaconia, do serviço, do amor sobretudo para com os mais pobres e fracos, à semelhança do seu Senhor, como sinal da obra messiânica e da vinda do Reino<sup>70</sup>. Embora a presença e a acção da Igreja no mundo se mova dentro do horizonte e da finalidade salvífico-escatológica da renovação do mundo em Cristo, como acabámos de ver, ela é por isso mesmo também profundamente humana. Neste sentido o Concílio, retomando a mensagem de Pio XI à semana social de Versailles em 1936, citada em nota, afirma que a Igreja realizando a sua missão contribui para a humanização do mundo: *a Igreja civiliza, isto é, promove, humaniza, evangelizando*<sup>71</sup>.

A totalidade do mundo deve entrar no Reino de Deus através da Igreja e, assim reunida em Cristo-Recapitulador, ser conduzida ao Pai e participar na doxologia e na liturgia cósmica na glória da Trindade. Tal é o sentido e a finalidade da missão, do trabalho e da oração da Igreja, sacramento de salvação e de esperança:

«Assim a Igreja ora e trabalha simultaneamente para que toda a plenitude do mundo se transforme em Povo de Deus, Corpo do Senhor e Templo do Espírito e em Cristo, Chefe de todas as coisas, seja dada a honra e glória ao Criador e Pai de todas as coisas»<sup>72</sup>.

<sup>69</sup> AdG 8; GS 20-21; 37,3; 38,1; 39.

<sup>70</sup> LG 5,2; 8,3; DH 11-12; AA 8,1-2; AdG 12,1.

<sup>71</sup> GS 58,4.

<sup>72</sup> LG 17.

### Conclusão

A colocação da Igreja, como comunidade escatológica de salvação, em relação ao mundo e à história, é vista sob a perspectiva da sacramentalidade, categoria totalizante que caracteriza a fisionomia fundamental do ser e operar da Igreja no mundo.

A Igreja é *sacramento* da salvação escatológica enquanto torna visível e operante, a nível colectivo e histórico, o plano da salvação realizado no acontecimento de Cristo, para realizar o encontro de Deus com os homens. É sinal, testemunho significativo e actualizante do mistério cristão para a edificação do mundo e da sua realização plena em Cristo.

A Igreja é também sacramento *escatológico*, enquanto indica e antecipa já agora a novidade e a renovação escatológica em Cristo. Neste sentido, é memorial, acontecimento e *prolepsis* (primícias) da salvação consumada em Cristo. O elemento escatológico, na sua dialéctica do «já» e «ainda não» faz parte da estrutura sacramental da Igreja. Os próprios atributos — santidade, unidade, catolicidade — são vistos como expressão-sinal das diversas dimensões do acontecimento de Cristo para a humanidade e para o mundo. A Igreja é parte da humanidade já unificada sob a graça de Cristo com a missão de inserir a humanidade e a criação na dinâmica do mistério pascal, na unidade salvífica, libertadora e plenificante do Seu Reino.

A sacramentalidade escatológica da Igreja na sua referência ao Reino ilumina de modo novo e profundo a relação Igreja-mundo e o sentido, a meta e a metodologia da missão da Igreja no mundo. Igreja e mundo têm a mesma finalização escatológica em Cristo. A Igreja como realização germinal da transformação definitiva é sacramento do futuro da humanidade, portadora da promessa-esperança, da libertação total do género humano e da sua plenitude em Cristo. A Igreja é o lugar da esperança: leva em si mesma, na sua própria condição de peregrina, a esperança da consumação do mundo.

Da sacramentalidade escatológica da Igreja derivam pois consequências pastorais em ordem ao «específico» da sua acção no mundo. A sua acção deve ser de tipo profético-escatológico: dar sentido salvífico e orientação escatológica, ou seja, colocar sob o domínio de Cristo glorificado na orientação para a plenitude do Reino, os diversos povos com as suas culturas e os seus valores, as realidades terrestres, a actividade transformadora do mundo segundo a metodologia

salvífica «assumir-purificar-elevar». E isto a partir de dentro, através da consciência e acção dos cristãos, a fim de que a Igreja através dos seus membros seja verdadeiramente sacramento da Esperança — *Spes Mundi*.

ANTÓNIO DOS SANTOS MARTO

Professor do I. C. H. T.

## Direitos do Homem e Direito Natural

### I. As dificuldades de precisar o conteúdo dos Direitos Fundamentais

A causa dos direitos fundamentais, quer os consideremos no seu aspecto de explicitações ético-jurídicas que prefiguram e revelam a dignidade da pessoa face aos demais seres humanos, às instituições e à própria sociedade, quer os vejamos como ponto de convergência de todos os esforços em favor da justiça e da paz, quer ainda como base fundamental de uma «sã cooperação»<sup>1</sup> entre a Igreja e a comunidade política em favor da vocação integral do homem, em quaisquer destas concepções, dizíamos, a causa dos direitos fundamentais apresenta-se como um espaço privilegiado onde a Igreja e a Humanidade podem travar um diálogo fecundo.

Dentre as múltiplas referências em abono daquela realidade, contidas em numerosos documentos do Magistério Eclesiástico, poderíamos apontar (e só a mero título de exemplo...) aquela da «Gaudium et Spes» do Vaticano II onde se declara que «a Igreja, em virtude do Evangelho que lhe foi confiado, proclama os direitos do homem e reconhece e tem em grande apreço o dinamismo do nosso tempo que, por toda a parte, promove tais direitos»<sup>2</sup>.

Não admira portanto que, dada a actualidade universal desta causa e reconhecida a sua eficácia capaz de fazer congregar em torno de si crentes e não crentes, alguém tenha afirmado encontrar aí a Igreja o seu «kairós»<sup>3</sup>.

Mas a causa dos direitos humanos, revestindo embora uma dimensão de universalidade relativamente ao dinamismo da sua defesa e promoção, luta ainda com árduas dificuldades que criam obstáculos a uma solidariedade que, a respeito de tal realidade, se desejaria mais una, coesa e eficiente.

<sup>1</sup> GS, 76.

<sup>2</sup> GS, 41.

<sup>3</sup> Alois Müller/Norbert Greinacher, *Direitos Humanos como tema teológico-prático* em Concilium 4 (1979), pág. 3.